



A PRECARIZAÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NOS SERVIÇOS A PARTIR DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

Juliana Carla da Silva Gois ¹

RESUMO:

O artigo apresentado possui como temática o estudo da precarização e da flexibilização da gestão do trabalho a partir do processo de reestruturação produtiva do capital. O propósito deste trabalho é analisar os elementos que definem a condição atual de precarização do trabalho nos serviços e o impacto para as condições de vida da classe trabalhadora. públicos. A pesquisa demonstra que houve um agravamento no processo de precarização e flexibilização da gestão do trabalho nos serviços, a partir da reestruturação produtiva, refletindo em péssimas condições de vida para classe trabalhadora.

Palavras-Chave: Trabalho, Serviços, Precarização, Flexibilização, Reestruturação Produtiva.

ABSTRACT:

The article has presented as thematic study of the precariousness and flexibility of labor management from the restructuring process of the capital. The purpose of this paper is to analyze the elements that define the current condition of precarious employment in the services and the impact on the living conditions of the working class. public. The research shows that there was a worsening in the process of casualization and flexibilization of labor management services, from production restructuring, reflecting in poor living conditions for the working class.

Keywords: Work, Services, Precariousness, Flexible, Productive Restructuring.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: juh-carla@hotmail.com



1- INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por inúmeras transformações no mundo do trabalho decorridas, principalmente, da crise estrutural de produção do sistema capitalista que, por sua vez, adotou mecanismos para se reestruturar e garantir a manutenção de sua acumulação. No final da década de 1960 o mundo vivenciava uma crise no padrão fordista de produção e a ascensão de um novo modelo de produção, o toyotismo, que trouxe sérias repercussões para os trabalhadores. Assim, a gestão no mundo do trabalho mudou, flexibilizando e desregulamentando os direitos trabalhistas.

Com o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista², nos anos de 1970, emerge assim o modelo toyotista de organização industrial, que desencadeia profundas transformações no mundo do trabalho. Assim, surgem novos processos de trabalho em que há a flexibilização da produção e do trabalhador. As formas de produção passam por sérias mudanças que irão rebater, sobretudo, nos direitos dos trabalhadores que, por sua vez, são desregulamentados e flexibilizados. O objetivo da reestruturação produtiva, através do toyotismo, é criar um trabalhador mais adaptado a essa nova forma de exploração do trabalho pelo capital.

Arelado a esse processo, a emergência do neoliberalismo, com mudanças estratégicas na intervenção do Estado ante o contexto de crise estrutural, acentuou os elementos da precarização do trabalho que já são intrínsecos ao modo de produção capitalista. O modelo neoliberal e a reestruturação produtiva afetaram as relações de trabalho no mundo inteiro. Todas estas transformações no mundo do trabalho atingiram tanto os trabalhadores das indústrias, como também os trabalhadores dos serviços, inclusive dos serviços públicos.

Diante deste contexto se analisará o processo de reestruturação produtiva que acarretou a intensificação da precarização e da gestão do trabalho não somente no setor das indústrias, mas também no setor de serviços. Acredita-se que as condições de trabalho no setor de serviços encontram-se precarizadas acarretando desempregos, vínculos

² Gounet (1999) assinala que o fordismo data do início do século XX, quando Henry Ford cria uma nova organização na produção e no trabalho. A característica principal do fordismo, segundo o autor era a produção em massa, para responder a um consumo amplo. Isso acarretava na racionalização do tempo de trabalho e no combate aos desperdícios; o parcelamento das tarefas; criação de uma linha, mais precisamente uma esteira rolante, que regulava os trabalhadores e o trabalho; a padronização de peças, para a obtenção de resultados exatos; por fim, a automatização das fábricas (p.18-19).



empregatícios instáveis, contensão de salários, aumento da jornada de trabalho, entre outros fatores. É, pois, sobre o conjunto dessas questões que estudo se debruça.

2- AS CONFIGURAÇÕES ATUAIS DA PRECARIZAÇÃO E DA FLEXIBILIZAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Pode-se afirmar, conforme Cavalcante (2009), que a precarização³ do trabalho pode ser encontrada desde os primeiros modos de produção e muito mais acentuadamente a partir do capitalismo. E é no capitalismo contemporâneo, em especial a partir do processo de reestruturação produtiva, que se têm novas formas de exploração da força de trabalho que levam a uma maior precarização tanto do trabalho nas indústrias, como no trabalho dos serviços. Assim, na discussão sobre as atuais condições de trabalho e sobre a precarização é imprescindível suscitar a reestruturação produtiva e as mudanças ocorridas a partir do esgotamento do padrão fordista e a ascensão do modelo toyotista.

Tendo como base o modelo de gestão do trabalho chamado taylorismo⁴, o fordismo foi o modelo predominante no modo de produção capitalista até a década de 1970. Gounet (1999) assinala que o fordismo data do início do século XX, quando Henry Ford cria uma nova organização na produção e no trabalho, tendo como principal característica a racionalização do trabalho nos moldes tayloristas.

Em linhas gerais, pode-se dizer que as condições de trabalho no fordismo se caracterizaram pela intensificação das formas de exploração, pelo trabalho fragmentado e parcelado. Soma-se a isso, a alienação⁵ do trabalho, pois o trabalhador perde o sentido da

³ Precarização “[...] diz respeito a uma mudança, para pior, na qualidade das condições de trabalho, evidenciada no capitalismo, com a passagem da forma de produção fordista para a produção flexível. Nesse sentido, o termo precarização se construiu a partir da realidade concreta das transformações contemporâneas no mundo do trabalho vivenciadas pelos trabalhadores, através das más condições de trabalho a que estavam submetidos, refletidas na ausência e/ou redução dos direitos trabalhistas, no desemprego que assola grande parte da população, na fragilidade dos vínculos de trabalho, enfim, de diferentes formas que negligenciam acentuadamente qualidade de vida do trabalhador”. (CAVALCANTE, 2009, p.19)

⁴ O taylorismo foi uma forma de gestão empresarial, criada por Frederick W. Taylor. O objetivo principal era tornar o trabalhador mais produtivo, porém não se desejava exaurir as capacidades físicas e mentais dos trabalhadores. O taylorismo objetivava incorporar o trabalhador à máquina, padronizando suas tarefas e separando o planejamento da execução.

⁵ Para Lessa e Tonet (2008, p.103-104), “são muito numerosas as alienações provocadas pelo capitalismo. A essência de todas elas está na redução dos homens a mera mercadoria (força de trabalho). As necessidades humanas são subordinadas às da acumulação capitalista, o que significa dizer que os homens são tratados como mercadorias, isto é, como coisas, e não como seres humanos. Com isso, a relação entre os homens, na



totalidade de seu processo de trabalho, devido ao parcelamento das tarefas e a separação de quem planeja e de quem executa o trabalho. Este se torna uma ação mecânica e o trabalhador passa a ser comandado pela máquina. O resultado é um trabalhador que é facilmente treinável e substituível. O objetivo principal do fordismo era a produção em larga escala, o que demandava, assim, o consumo também em larga escala. Para isso, os capitalistas tiveram que conceder um aumento nos salários dos trabalhadores, para que os mesmos pudessem comprar o que produziam. Deste modo, o mercado de consumidores foi ampliado e as mercadorias produzidas nas fábricas eram consumidas também pela classe trabalhadora, garantindo assim o lucro para o capitalista.

Destarte, vendo pelo plano político e social essas circunstâncias resultaram num “pacto social” entre capital e trabalho, administrado pela política keynesiana, que ficou conhecido como o *Welfare State*, Estado de Bem-estar Social. Nesse sentido, o Estado de Bem-estar Social tratava-se de uma forma organizada do capitalismo que tinha como objetivo o controle da classe trabalhadora, concedendo à mesma alguns benefícios sociais. O *Welfare State* diz respeito a um tipo de organização política e econômica em que o Estado se configurou como o agente da promoção de políticas sociais e organizador da economia, cabendo-lhe a garantia de serviços públicos e proteção à população.

No início dos anos 1970 o pacto keynesiano apresentou sinais de esgotamento, em decorrência da crise do capital. Assim, com a crise do fordismo nos anos 1970, tem-se não somente uma crise de um padrão de acumulação do capital; mais que isso, tem-se a crise de um modo de vida e de um “pacto social” que, de alguma forma, concedia aos trabalhadores alguns tipos de serviços sociais, como forma de amenizar os conflitos da relação-capital.

Com o esgotamento do padrão taylorista-fordista tem-se um novo modelo de organização da produção: o toyotismo⁶. A resposta à crise iniciada na década de 1970 se deu pela chamada reestruturação produtiva, em que houve a adoção de novas formas de gerenciamento e de produção. Dessa forma, a reestruturação produtiva:

sociedade capitalista, se torna essencialmente desumana. Em vez de levar ao atendimento cada vez mais adequado das necessidades humanas, o desenvolvimento social produz desumanidades sempre maiores”.

⁶ Conforme Gounet (1999) O toyotismo “é um sistema de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada”. (idem, p.29). Esse modelo de produção não tolera atrasos, estoques, defeitos, panes, etc. Aqui, se exige muito mais do trabalhador objetivando combater totalmente o ócio deste. É uma total flexibilidade do trabalho e também dos trabalhadores, exigindo destes a polivalência.



[...] expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento da crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro. Trata-se da reorganização das fases do ciclo global da mercadoria e da criação de mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais necessários à manutenção do processo de reprodução social. (MOTA e AMARAL, 1998, p.27).

Na reestruturação produtiva há a combinação de aumento da jornada de trabalho com o rebaixamento dos salários e vínculos empregatícios instáveis. Segundo Lombardi (1997), a reestruturação produtiva trouxe corte nos empregos em todos os setores econômicos, para dessa forma “gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens que definem o padrão de vida do trabalho”. (idem, p.65).

O modelo toyotista exige muito mais do trabalhador do que no modelo fordista, objetivando combater totalmente o ócio. É uma total flexibilidade do trabalho e também dos trabalhadores, exigindo destes a polivalência. Agora já não cabe somente ao trabalhador lutar pela melhoria das condições de trabalho, é lutar para conseguir alguma forma de assalariamento para sobreviver, lutar pela permanência nos postos de trabalho, concorrendo com uma massa numericamente significativa de trabalhadores que estão desempregados e, portanto, compondo o crescente exército industrial de reserva.

Deste modo, percebe-se que o fordismo e o toyotismo fazem parte do processo de reestruturação produtiva do capital. Constituem-se enquanto padrões de produção correspondente aos momentos críticos do sistema de reprodução do capital, sobretudo, no século XX. Viu-se que aumentou o desemprego, as formas precárias de trabalho, a flexibilização, a desqualificação do trabalho e o rebaixamento dos salários. Todos estes fatores demonstram a agudização da precarização das condições de trabalho.

O cenário atual mostra que o que caracteriza a classe trabalhadora atualmente é o desemprego, em que os indivíduos acabam buscando qualquer atividade implicando no acirramento da precarização do trabalho em todo o mundo. Distante de se presenciar o fim do trabalho, como alguns autores defendem, Antunes (2007) ressalta que há uma nova forma de ser do trabalho, que é resultado de grandes mudanças que balançaram o mundo produtivo do capital nos últimos anos. “Nova morfologia que compreende desde o operário industrial e rural clássico, em processo de encolhimento, até os assalariados de serviços



[...]” (idem, p.14). Há uma nova configuração no assalariamento, que é menos industrial e se expande para os serviços, mas boa parte destes está vinculada à indústria.

No fim do século XX o mundo vivenciou uma expansão do setor de serviços, em que Antunes (2007) assinala que incorporou algumas parcelas de trabalhadores que se encontravam fora das indústrias, resultado do processo de reestruturação produtiva, do neoliberalismo e de privatizações. A classe operária tradicional diminuiu em detrimento da expansão do trabalho assalariado nos serviços. Essa expansão cada vez mais frequente do setor de serviços não leva, contudo, a crer que eles sobrevivem independentemente do trabalho nas indústrias.

Pois não se trata de setores com acumulação de capital autônomo; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais. Somente quando essa capacidade se mantém para toda economia nacional em conjunto, os serviços industriais e não-industriais (relativo a pessoas) podem sobreviver, e expandir-se. (KURZ, 1992 *apud* ANTUNES, 2005, p.55).

Antunes (2005) explica que se o setor de serviços inicialmente absorveu a parcela de trabalhadores expulsas das indústrias, esse setor também sofreu mudanças, submetendo-se cada vez mais à lógica do capital. Com a reorganização sócio-técnica da produção, para assim obter-se maior elevação da produtividade do capital, decorreram diversos fatores, como intensificação da jornada de trabalho, e também a redução do número de trabalhadores na produção e a expansão do setor de serviços.

Antunes (2009) diz que os serviços públicos também sofreram mudanças por conta do processo de reestruturação, “[...] subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público” (idem, p.17, grifos do autor). É dentro desse quadro geral que se tem um “*processo de precarização estrutural do trabalho*” (ibidem) em que há um desmonte da legislação trabalhista, que acarreta em mecanismos para extrair sobretrabalho, ocasionar precarização da força de trabalho e destruição dos direitos sociais.

Borges (2007) chama atenção ao fato de que as mudanças no perfil do Estado brasileiro atingiram de forma negativa aos trabalhadores, inclusive o dos setores dos serviços públicos/estatal. Nesse setor eram encontrados os melhores salários. Os assalariados dos serviços públicos, nos últimos anos, foram vítimas das privatizações,



demissões – inclusive as demissões “voluntárias” – aposentadorias precoces, terceirização, congelamento dos salários, e más condições de trabalho.

A condição atual dos assalariados, dentro desse contexto do Estado neoliberal, é de ausência de direitos trabalhistas, de falta de condições de trabalho dignas e de total precariedade. É um contexto marcado pela flexibilização dos salários e da carga horária, instabilidade do vínculo empregatício, dentre outras questões. Nesse sentido,

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direitos e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação. (VASAPOLLO, *apud*, ANTUNES, POCHMAN, 2009, p.202).

Pode-se remeter este processo de precarização das condições de trabalho nos serviços públicos a uma conjuntura brasileira mais recente. Conforme Batista (1999), o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi um dos agravantes na estrutura funcional dos servidores públicos, devido ao fato do mesmo trazer mudanças negativas para os servidores, como a flexibilização dos vínculos empregatícios, atingindo diretamente suas condições de trabalho. Esse contexto foi marcado por privatizações dos serviços públicos no Brasil ocasionando demissões dos servidores, como também arrocho salarial. Com esse processo de privatização, a responsabilidade do Estado com os serviços sociais foi transferida, em muitos casos, para a esfera privada e para a sociedade civil, por tais serviços não oferecerem lucro.

Dentro de toda essa conjuntura explicitada, percebe-se que o setor de serviços esteve em expansão nas últimas três décadas, principalmente atrelado ao contexto da reestruturação produtiva. Porém, esse aumento de mercado de trabalho nesse setor veio acrescido da intensificação da precarização do trabalho. Como foi explicitado no decorrer do texto, o trabalho nos serviços é diferente do trabalho nas indústrias. Porém, a condição dos que executam os serviços é de assalariado, em função da manutenção do capital. Ainda



que os serviços exijam uma mão-de-obra intelectual, isto não muda a condição de assalariado que está inserido no modo capitalista de produção, sujeitando-se às imposições do capital.

3- CONCLUSÃO

Na perspectiva de análise adotada neste trabalho, procurou-se evidenciar elementos que possam contribuir para o debate em torno da precarização e da flexibilização da gestão trabalho e seus desdobramentos para os trabalhadores dos serviços. Diante das transformações ocorridas no século XX, principalmente com o processo de reestruturação produtiva, viu-se que os elementos que configuram a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores do setor privado e do setor público estão imbricados.

Dessa forma, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo exigem um trabalhador adaptado às diretrizes impostas para o capital. Decorrente disto, amplas parcelas de trabalhadores, tanto os trabalhadores das fábricas como o de serviços, vivenciam o desemprego estrutural e as mais variadas formas de precarização do trabalho. Esta se expressa na intensificação da jornada de trabalho, redução dos salários, instabilidade dos vínculos empregatícios, desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outras questões. A atual tendência decorrente deste processo é o emprego de uma força de trabalho que possa ser demitida facilmente sem custos, se inserindo no mercado de trabalho cada vez mais de forma precária. No caso brasileiro, as medidas de reestruturação produtiva e as reformas neoliberais acentuam-se a partir da década de 1990, ocasionando tanto a precarização do trabalho no setor privado como no setor público. Os efeitos deste processo traduzem-se em elevação das taxas de desemprego e destituição dos direitos trabalhistas.

Entende-se que como a precarização do trabalho já é intrínseca ao modo de produção capitalista, nenhum trabalhador assalariado está imune a este processo de precarização. Esta pode ser facilmente visualizada tanto nos trabalhadores das indústrias como nos trabalhadores dos serviços, inclusive os serviços públicos. Em síntese, acima de tudo a precarização do trabalho, no setor privado e no público, é imbricada a condição do trabalho abstrato no capitalismo, que por sua própria natureza já é precário. Esse processo de precarização e flexibilização da gestão do trabalho deixou de ser somente visualizado nas indústrias para também atingir o setor de serviços, inclusive os públicos. É



uma forma do capital se reorganizar para garantir seu funcionamento e precarizar a vida do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____, **Dimensões da precarização estrutural do trabalho.** In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Márcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org>; Acesso em: maio de 2009.

BATISTA, Alfredo. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez (61), pg. 63-90, 1999.

BORGES, Ângela. **Mercado de trabalho: mais uma década de precarização.** In: A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização. DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. São Paulo: Boitempo, 2007.

CAVALCANTE. Girlene Maria Mátis. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista:** fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. Dissertação de mestrado em Serviço Social, apresentada à Universidade Federal de Alagoas, 2009.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo.** São Paulo: Boitempo, 1999.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Reestruturação produtiva:** percepção dos trabalhadores. Revista Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 61, dezembro/97.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana de. A Reestruturação Produtiva e as Novas Modalidades de Subordinação do Trabalho. In: **A Nova Fábrica de Consensos.** Ana Elizabete Mota (Org.), São Paulo: Cortez, 1998. p.23-43.